



## RESUMO DOS 120 ANOS DA EEAP

## ESCOLA DE ENFERMAGEM DE RIBEIRÃO PRETO - TRAJETÓRIA HISTÓRICO-LEGAL

Luciana Barizon Luchesi<sup>1</sup>, Marina Liberale<sup>2</sup>, Adriana Cordeiro Leandro da Silva<sup>3</sup>, Débora Luísa da Silva<sup>4</sup>,  
Eduardo Henrique Rezende<sup>5</sup>, Talita de Cássia Raminelli da Silva<sup>6</sup>

## RESUMO

**Objetivo:** Identificar a documentação referente à criação e organização da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (EERP-USP). **Método:** Estudo de perspectiva histórica, com utilização do método de análise documental. **Resultados:** O corpus documental é constituído de 04 documentos: 1-Lei Estadual 1467 de 26 de dezembro de 1951, 2-Portaria Federal n° 265, de 8 de maio de 1954, Decreto Federal n° 42.812, de 13 de dezembro de 1957, 4- Lei Estadual n° 5970 de 24 de novembro de 1960. **Resultados:** A triangulação dos dados permite verificar que os documentos localizados são também mencionados como legislação principal, referente à criação e estruturação da EERP-USP em Alcântara (1962). **Descritores:** História da enfermagem, Escolas de enfermagem, Documentação.

<sup>1</sup> Professora Doutora do Departamento de Enfermagem Psiquiátrica e Ciências Humanas da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto - Universidade de São Paulo EERP-USP. Líder do Laboratório de Estudos em História da Enfermagem-LAESHE. Membro do Laboratório de Pesquisa de História da Enfermagem LAPHE. Membro da Diretoria da Academia Brasileira de História da Enfermagem (ABRADHENF). E-mail: luchesi@eerp.usp.br/ www2.eerp.usp.br. <sup>2, 3, 4, 5, 6</sup> Discentes do Curso de Licenciatura em Enfermagem da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto-USP. E-mails: marina.liberale@usp.br, adriana.clsilva@hotmail.com, debora.luiza.silva@usp.br, talitac\_girl@yahoo.com.br.

## INTRODUÇÃO

Em 1951 a Comissão de Ensino e Regimento da Universidade de São Paulo havia opinado favoravelmente pela instalação de uma escola médica no município de Ribeirão Preto, justificando ainda, a inclusão de uma Escola de Enfermagem, indispensável ao funcionamento do Hospital das Clínicas e, além disso, supriria, em longo prazo, as necessidades hospitalares da região (ALCANTARA, 1963). A Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (FMRP-USP), tem sua estruturação assegurada através da Lei 1467, de 26 de dezembro de 1951, que dispõe sobre sua organização e finalidade. Em sua legislação assegurava a criação da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto (EERP-USP), em seu artigo no. 13.

Em 1952, Ribeirão Preto encontrava-se em franco desenvolvimento. Centro reconhecido de assistência médico-hospitalar, não possuía, entretanto, enfermeiros diplomados; sua população desconhecia a contribuição que poderia receber por parte desses profissionais. Paralelamente, hospitais universitários foram sendo estabelecidos em várias cidades brasileiras, para fins educacionais e de pesquisa.

No mesmo ano, Zeferino Vaz, então Diretor da FMRP-USP, convidou Professora Glete de Alcântara para organizar a EERP-USP. Profa. Glete de Alcântara era enfermeira formada pela School of Nursing of Toronto, Canadá, em 1944, com Mestrado no Teacher's College, University of Columbia, em 1951 e formada em Ciências Sociais na Universidade de São Paulo em 1952 (ALCÂNTARA, 1963).

O objetivo: Identificar a documentação referente à criação e organização da Escola de

Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (EERP-USP).

## METODOLOGIA

Estudo de perspectiva histórica, com utilização do método de análise documental. O marco temporal inicial refere-se à promulgação da Lei 1467, que dispõe sobre a organização e finalidade da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto-USP, de 26 de dezembro de 1951; o marco temporal final refere-se a Lei 5970 que dispõe sobre a estruturação didática e administrativa da EERP-USP, de 24 novembro de 1960. As fontes primárias são leis e decretos acerca da criação e regulamentação da EERP-USP. As fontes secundárias referem-se à livros e textos sobre a história da EERP-USP.

## RESULTADOS

O corpus documental é constituído de 04 documentos: **1-Lei Estadual 1467 de 26 de dezembro de 1951**, que estabeleceu a estrutura didática e administrativa da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto (FMRP), dispõe no seu artigo 13: *“Artigo 13 - Fica criada a Escola de Enfermagem anexa a Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, nos moldes da Escola de Enfermagem da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, a qual manterá cursos de enfermagem e de auxiliares de enfermagem nos termos da Lei Federal nº 775, de 6 de agosto de 1949”*. O documento é classificado como Documento Textual. Refere-se a uma lei estadual e a tecnologia desprendida é fotocópia datilografada. Foi expedido pelo então governador do Estado de São Paulo Lucas Nogueira Garcez, no

Palácio do Governo do Estado de São Paulo em 26 de dezembro de 1951. A lei 775 de 6 de Agosto de 1949 trata-se de lei do tipo lei federal, decretado pelo Congresso Nacional e promulgado pelo presidente da republica, em 06 de Agosto de 1949. Tem como objetivo dispor sobre o ensino de enfermagem no País. **2-Portaria Federal n° 265, de 8 de maio de 1954:** fac-símile de documento expedido pelo ministro da educação e cultura e é classificada como documento textual. Tem como objetivo a autorização do funcionamento da EERP-USP, encontrada no Livro comemorativo 30° aniversário da EERP-USP de 1985. **3- Decreto Federal n° 42.812, de 13 de dezembro de 1957:** fac-símile classificado como documento textual do tipo decreto, originado da presidência da republica tendo como autor Juscelino Kubtischek. Tem como objetivo reconhecer o curso de EERP-USP, anexa a FMRP-USP, mantida pelo Estado de São Paulo, encontrada no Livro comemorativo 30° aniversário da EERP-USP de 1985. **4- Lei Estadual n° 5970 de 24 de novembro de 1960:** fac-símile classificado como documento textual, o objetivo do registro era estabelecer a estrutura didático-administrativa da EERP-USP, encontrada no Livro comemorativo 30° aniversário da EERP-USP de 1985.

### CONCLUSÃO

A triangulação dos dados permite verificar que os documentos localizados são também mencionados como legislação principal, referente à criação e estruturação da EERP-USP em Alcântara (1962). Referente ao anteprojeto de lei, que dará origem à Lei Estadual n° 5970 de 24 de novembro de 1960, teve elaboração realizada por Profa. Gleite de Alcântara em 1952, para a criação

do quadro da escola e apresentava justificativas para algumas inovações incluídas: o ensino das ciências sociais atrelado ao ensino de Enfermagem, abordagem da perspectiva preventiva em todas as disciplinas, teoria e prática de administração voltado às necessidades do Enfermeiro, didática e psicologia educacional. Apesar de sua implementação dar-se somente em 1960, suas metas foram seguidas desde o início das aulas em agosto de 1953. A docente ainda descreve que tal projeto assegurava a criação de cátedras e os cargos administrativos da EERP-USP, proporcionando um alto nível de ensino na instituição, referida pela autora como um “marco de progresso” para a EERP-USP, denominação justificada pela diretora devido à instituição do quadro docente que a lei designava, posicionando a Escola no mesmo patamar dos demais institutos universitários, sendo a primeira Escola de Enfermagem do país a conquistar o feito (ALCÂNTARA, 1962; ALCÂNTARA, 1963).

### REFERÊNCIAS

Alcântara G. Resenha histórica da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto. *Revista Brasileira de Enfermagem*, n.2, p.88-91, 1962.

\_\_\_\_\_. A enfermagem moderna como categoria profissional: obstáculos à sua expansão na sociedade brasileira. Ribeirão Preto: 1963. 125f. Tese (Doutorado em Enfermagem) - Universidade de São Paulo. Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto. Ribeirão Preto; 1963.

BRASIL, Decreto n° 42.812, de 13 de dezembro de 1957. Reconhece o curso de Enfermagem da Escola de Enfermagem Anexa à Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, da Universidade de São Paulo. IN:

Freitas DMV *et al.* Livro comemorativo do 30º aniversário da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto. Ribeirão Preto: Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo; 1985.

BRASIL. Lei nº 775, de 6 de agosto de 1949. Dispõe sobre o ensino de enfermagem no país e dá outras providências. In: PAIXÃO, W. Páginas de História da Enfermagem. 2ed. Rio de Janeiro: Bruno Buccini, 1960. p.100-103.

BRASIL. Lei 1467 de 26 de dezembro de 1951. Dispõe sobre a organização e finalidade da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, da Universidade de São Paulo. Diretoria Geral da Secretaria de Estado dos Negócios do Governo, São Paulo, 27 dez. 1951.

BRASIL. Portaria nº 265, de 8 de maio de 1954. Autoriza o funcionamento da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto. IN: Freitas DMV *et al.* Livro comemorativo do 30º aniversário da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto. Ribeirão Preto: Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, 1985, p.139.

BRASIL, Lei 5970 de 24 de novembro de 1960. Dispõe sobre a estruturação didática e administrativa da Escola de Enfermagem Anexa à Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, da Universidade de São Paulo e dá outras providências. IN: Freitas DMV *et al.* Livro comemorativo do 30º aniversário da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto. Ribeirão Preto: Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, 1985, p.141.

Freitas, DMV *et al.* Livro comemorativo do 30º aniversário da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto. Ribeirão Preto: Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, 1985.

Recebido em: 27/08/2010

Aprovado em: 17/11/2010